

PETIÇÃO INICIAL - DANOS MORAIS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE

REQUERENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

REQUERIDO: _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

I – DOS FATOS

O Requerente sofreu grave violação de seus direitos da personalidade em decorrência de atos ilícitos praticados pelo Requerido, que causaram-lhe profundo abalo moral, sofrimento psicológico, humilhação e danos à sua honra e imagem.

Descrições detalhadas dos fatos que ensejaram os danos morais devem ser aqui inseridas, incluindo datas, locais e circunstâncias específicas.

II – DO DIREITO

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, incisos V e X, assegura a inviolabilidade da honra, da imagem e da dignidade da pessoa humana, garantindo o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

O Código Civil, em seus artigos 186 e 927, estabelece que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

III – DO DANO MORAL

O dano moral sofrido pelo Requerente resulta do abalo psicológico, da humilhação pública e da exposição vexatória a que foi submetido em razão da conduta ilícita do Requerido.

A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de reconhecer a reparação pelos danos morais quando comprovada a ofensa à honra, à imagem ou à dignidade da pessoa.

IV – DAS PROVAS

O Requerente pretende provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente:

- Prova documental;
- Prova testemunhal;
- Perícia psicológica, se necessária;
- Outros meios que se fizerem necessários.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia;
2. A condenação do Requerido ao pagamento de indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência, considerando a extensão do dano e a capacidade econômica das partes;
3. A condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
4. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente as mencionadas na seção IV;

Termos em que,
Pede deferimento.

_____, _____
Local Assinatura do Requerente / Advogado(a)

Nome do Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-br.com/danos-morais/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.